

Vol. 3, No. 5 (maio 2026)

REVISTA O UNIVERSO OBSERVÁVEL

FORMAÇÃO DOCENTE E INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM TEA NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL II: Problemáticas Diante da Continuidade dos Estudos Acadêmicos

Teacher Training and Inclusion of Students with ASD in the Final Years of Elementary School II: Problems Regarding the Continuity of Academic Studies

Risonete Paz da Silva¹

Revista O Universo Observável

DOI: 10.69720/29660599.2026.000306

[ISSN: 2966-0599](#)



¹Biografia: Graduação em Pedagogia com Habilitação em Orientação Educacional – UFAM e Especialista em Gestão da Informação; Especialista em Gestão Escolar; Mestrado em Ciências da Educação- Unidas –PY

E-mail: risonete.paz@hotmail.com

Lattes: 826222974419830

**FORMAÇÃO DOCENTE E INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM TEA NOS ANOS
FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL II: Problemáticas Diante da
Continuidade dos Estudos Acadêmicos**

Risonete Paz da Silva



PERIÓDICO CIENTÍFICO INDEXADO INTERNACIONALMENTE

ISSN
International Standard Serial Number
2966-0599
www.ouniversoobservavel.com.br

Editora e Revista
O Universo Observável
CPF: 639.619.621-20
Naviraí – Mato Grosso do Sul
Rua: Botocudos, 365 – Centro
CEP: 79950-000

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a formação docente voltada à inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nos anos finais do Ensino Fundamental II, considerando os desafios relacionados à continuidade dos estudos acadêmicos. De abordagem qualitativa, o estudo busca compreender como professores percebem e desenvolvem práticas pedagógicas inclusivas diante das demandas específicas desses alunos. Além disso, investiga as dificuldades enfrentadas no processo de ensino-aprendizagem e na adaptação curricular. Os resultados pretendem contribuir para o fortalecimento de estratégias formativas e pedagógicas que promovam uma educação mais equitativa, garantindo a permanência e o sucesso escolar dos estudantes com TEA.

Palavras-Chaves: Formação docente; Inclusão escolar; Transtorno do Espectro Autista (TEA); Ensino Fundamental II; Práticas pedagógicas; Educação inclusiva.

ABSTRACT

This study aims to analyze teacher education focused on the inclusion of students with Autism Spectrum Disorder (ASD) in the final years of lower secondary education, considering the challenges related to the continuity of academic studies. Using a qualitative approach, the research seeks to understand how teachers perceive and develop inclusive pedagogical practices in response to the specific needs of these students. Furthermore, it investigates the difficulties faced in the teaching-learning process and in curriculum adaptation. The results are expected to contribute to the strengthening of educational and pedagogical strategies that promote a more equitable education, ensuring the retention and academic success of students with ASD.

Keywords: Teacher education; School inclusion; Autism Spectrum Disorder (ASD); Lower secondary education; Pedagogical practices; Inclusive education.

1-INTRODUÇÃO

A educação inclusiva configura-se como um direito fundamental e, ao mesmo tempo, um desafio contínuo no âmbito das políticas públicas brasileiras. No que se refere aos estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), essa realidade torna-se ainda mais complexa, sobretudo nos anos finais do Ensino Fundamental II, fase caracterizada pela fragmentação do currículo, pela atuação de múltiplos docentes e pelo aumento das demandas acadêmicas e sociais. Apesar dos avanços legais, como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), que garante o acesso e a permanência de estudantes com deficiência no ensino regular, ainda se observa uma lacuna significativa entre o que está previsto na legislação e o que se concretiza no cotidiano escolar. Nesse cenário, a formação docente assume papel central, uma vez que a ausência de preparo específico pode comprometer a efetivação de práticas pedagógicas inclusivas. Diante desse contexto, este artigo tem como objetivo analisar a formação de professores no que se refere à inclusão de estudantes com TEA nos anos finais do Ensino Fundamental II, evidenciando os principais desafios relacionados à continuidade dos estudos acadêmicos, bem como indicando possibilidades para o enfrentamento dessas problemáticas.

2. MARCO TEÓRICO: desafios da formação docente e da articulação pedagógica na inclusão de estudantes com TEA.

A produção acadêmica sobre educação

inclusiva no Brasil destaca a formação docente como um dos pilares para a efetivação das políticas educacionais (Mantoan, 2015; Libâneo, 2017). Entretanto, pesquisas recentes evidenciam fragilidades tanto na formação inicial quanto na continuada, especialmente no que diz respeito às especificidades do Transtorno do Espectro Autista (TEA), o que limita a atuação pedagógica dos professores frente às demandas desses estudantes (Mendes; Cia, 2020).

Nos anos finais do Ensino Fundamental II, tais desafios tornam-se ainda mais evidentes, em função da organização curricular fragmentada e da atuação de diferentes professores por componente curricular. Esse cenário dificulta a construção de práticas pedagógicas articuladas e contínuas, comprometendo o acompanhamento das necessidades Educacionais Dos Estudantes Com TEA (Carvalho, 2018). Como consequência, observa-se a descontinuidade dos apoios pedagógicos, o que pode impactar negativamente o processo de aprendizagem.

Outro aspecto relevante refere-se à transição para o Ensino Médio, considerada uma etapa crítica na trajetória escolar desses estudantes.

A ausência de políticas de transição assistida contribui para o aumento dos índices de evasão escolar, uma vez que as novas exigências acadêmicas e sociais nem sempre são acompanhadas por estratégias adequadas de suporte (Werneck, 2019).

Nesse contexto, o Atendimento Educacional Especializado (AEE), conforme estabelecido pela Política Nacional de Educação Especial (Brasil, 2008), constitui um

importante mecanismo de apoio à inclusão, ao possibilitar adaptações e estratégias pedagógicas diferenciadas. Contudo, sua efetividade está diretamente relacionada à articulação entre o professor do AEE, os docentes da sala regular e a equipe gestora, evidenciando a necessidade de uma atuação colaborativa no ambiente escolar.

2.1 Políticas públicas e garantias legais para a inclusão de estudantes com TEA

A consolidação da educação inclusiva no Brasil está diretamente vinculada ao fortalecimento das políticas públicas educacionais, que asseguram o direito à escolarização de estudantes com deficiência, incluindo aqueles com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva estabelece diretrizes que orientam a matrícula, permanência e participação desses estudantes no ensino regular, enfatizando a necessidade de sistemas educacionais inclusivos (Brasil, 2008). Contudo, apesar dos avanços normativos, ainda persistem desafios na implementação efetiva dessas políticas no cotidiano escolar, evidenciando a necessidade de maior investimento em formação docente, infraestrutura e práticas pedagógicas inclusivas (Mantoan, 2015).

2.2 Práticas pedagógicas inclusivas e adaptação curricular no Ensino Fundamental

A efetivação da inclusão escolar demanda o desenvolvimento de práticas pedagógicas que considerem as singularidades dos estudantes com TEA, especialmente nos anos finais do Ensino Fundamental II. Nesse sentido, a adaptação curricular emerge como estratégia fundamental para garantir o acesso ao conhecimento e a participação ativa dos alunos no processo de ensino-aprendizagem. Mendes e Cia (2020) destacam que práticas pedagógicas flexíveis, diversificadas e centradas no estudante contribuem significativamente para a aprendizagem e o desenvolvimento desses sujeitos. No entanto, a ausência de formação específica e de apoio institucional ainda limita a implementação dessas estratégias, reforçando a necessidade de ações formativas contínuas e colaborativas no ambiente escolar.

2.3 A importância da cultura escolar inclusiva e do trabalho colaborativo

A construção de uma cultura escolar inclusiva vai além das práticas individuais dos professores, exigindo o engajamento coletivo de toda a comunidade escolar. Werneck (2019) ressalta que a inclusão efetiva depende de uma

mudança de paradigma, que valorize a diversidade e promova a equidade no contexto educacional. Nesse cenário, o trabalho colaborativo entre professores da sala regular, profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e equipe gestora torna-se essencial para a construção de estratégias pedagógicas mais eficazes. Além disso, a promoção de uma cultura inclusiva contribui para a superação de barreiras atitudinais, favorecendo não apenas a aprendizagem, mas também a participação social e o desenvolvimento integral dos estudantes com TEA.

3. PROBLEMA

A inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nos anos finais do Ensino Fundamental II tem se consolidado como um direito assegurado por políticas públicas educacionais. No entanto, observa-se que a efetivação desse direito ainda enfrenta diversos entraves no cotidiano escolar. Entre os principais desafios, destacam-se as fragilidades na formação docente, que muitas vezes não contempla as especificidades do TEA, dificultando a adoção de práticas pedagógicas adequadas. Além disso, a organização curricular fragmentada e a atuação de múltiplos professores comprometem a continuidade das estratégias de ensino. Soma-se a isso a limitada articulação entre o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e o ensino regular. Diante desse cenário, questiona-se como a formação docente tem contribuído para a inclusão efetiva desses estudantes e para a continuidade de seus estudos acadêmicos.

4. METODOLOGIA

O presente artigo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, tendo como verbo orientador **analisar** a formação docente voltada à inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nos anos finais do Ensino Fundamental II. A escolha pela abordagem qualitativa justifica-se por possibilitar a compreensão aprofundada de fenômenos educacionais a partir das percepções, experiências e práticas dos sujeitos envolvidos no contexto escolar (Minayo, 2001; Gil, 2019).

Quanto aos procedimentos, trata-se de uma pesquisa de natureza bibliográfica, desenvolvida a partir da análise de produções acadêmicas, legislações e documentos oficiais que abordam a educação inclusiva, a formação de professores e o TEA. A pesquisa bibliográfica permite ao pesquisador examinar diferentes contribuições teóricas, favorecendo a construção de um panorama crítico sobre a temática investigada (Marconi; Lakatos, 2021).

A análise dos dados foi realizada por

meio da técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2016), possibilitando a organização, categorização e interpretação das informações obtidas. Esse procedimento contribuiu para identificar os principais desafios relacionados à formação docente e à inclusão de estudantes com TEA, bem como para discutir as implicações desses aspectos na continuidade dos estudos acadêmicos. Assim, a metodologia adotada possibilitou analisar, de forma sistemática e reflexiva, as condições que permeiam a inclusão escolar, evidenciando limites e possibilidades para a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas no contexto investigado.

5. DISCUSSÃO E RESULTADOS

Os resultados evidenciam que, embora a inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) esteja assegurada no plano legal, sua efetivação nos anos finais do Ensino Fundamental II ainda ocorre de forma limitada e desigual. A análise aponta que a formação docente constitui um dos principais fatores que influenciam a qualidade das práticas inclusivas. Professores relatam insegurança ao lidar com as especificidades do TEA, o que impacta diretamente a elaboração de estratégias pedagógicas adequadas e a adaptação curricular.

Observou-se, ainda, que a fragmentação do ensino, característica dessa etapa escolar, dificulta a continuidade das ações pedagógicas, uma vez que os estudantes transitam por diferentes disciplinas e docentes, nem sempre articulados entre si. Essa desarticulação compromete o acompanhamento das necessidades educacionais e pode gerar lacunas no processo de aprendizagem.

Outro aspecto relevante refere-se à atuação do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Embora reconhecido como um importante suporte, os dados indicam que sua efetividade depende da integração com o ensino regular, o que nem sempre ocorre de maneira sistemática. A ausência de planejamento conjunto e de diálogo entre os profissionais limita o potencial desse serviço.

Além disso, a transição para etapas posteriores da escolarização evidencia fragilidades no acompanhamento dos estudantes com TEA, aumentando o risco de descontinuidade dos estudos. Nesse sentido, os resultados reforçam a necessidade de políticas institucionais mais consistentes, que promovam formação continuada, trabalho colaborativo e práticas pedagógicas flexíveis.

Dessa forma, a discussão aponta que a inclusão efetiva não depende apenas do acesso à escola, mas da construção de condições pedagógicas, institucionais e formativas que

garantam a permanência e o sucesso escolar dos estudantes com TEA.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste estudo evidenciou que a inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista nos anos finais do Ensino Fundamental II ainda enfrenta desafios significativos, especialmente no que se refere à formação docente e à organização das práticas pedagógicas. Embora haja avanços no campo legal, a efetivação da inclusão no cotidiano escolar demanda ações mais consistentes e articuladas. Observou-se que a ausência de formação específica e continuada compromete a atuação dos professores, dificultando a implementação de estratégias que atendam às necessidades desses estudantes. Além disso, a estrutura fragmentada dessa etapa de ensino contribui para a descontinuidade das práticas inclusivas, impactando diretamente o processo de aprendizagem e a permanência escolar. Diante desse cenário, torna-se fundamental investir em processos formativos que promovam o desenvolvimento de competências pedagógicas inclusivas, bem como fortalecer o trabalho colaborativo entre os profissionais da escola. A construção de uma educação verdadeiramente inclusiva exige não apenas o acesso, mas a garantia de condições que favoreçam o desenvolvimento pleno dos estudantes, respeitando suas singularidades e promovendo sua participação ativa no ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Brasil. (2008). *Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva*. MEC.
- Carvalho, R. E. (2018). *Educação inclusiva: Com os pingos nos "is"*. Mediação.
- Gil, A. C. (2019). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (7ª ed.). Atlas.
- Libâneo, J. C. (2017). *Didática* (2ª ed.). Cortez.
- Mantoan, M. T. E. (2015). *Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?* Moderna.
- Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2021). *Fundamentos de metodologia científica* (9ª ed.). Atlas.
- Mendes, E. G., & Cia, F. (2020). *Inclusão escolar*

e formação de professores. EdUFSCar.

Minayo, M. C. de S. (2001). O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde (14ª ed.). Hucitec.

Werneck, C. (2019). Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva. WVA.